APROFUNDAMENTO NEOLIBERAL E DISCURSO JORNALÍSTICO NO BRASIL

Lisandro Braga[1]

Resumo

O propósito é analisar alguns discursos, realizados por integrantes do bloco dominante (intelectuais, burocratas etc.) sobre a crise brasileira e as soluções para saná-la, entre os anos de 2015 a 2018, veiculados em jornais (*O Globo, Folha de São Paulo, El país* etc.). Recorreremos, primeiramente, à uma discussão teórica, a partir de uma teoria marxista da sociedade contemporânea (Viana, 2018, 2019, Ório, 2019, Almeida, 2020, Braga, 2020), visando construir uma compreensão geral sobre a relação entre acumulação capitalista, blocos sociais e produção discursiva no capitalismo neoliberal. Em seguida, efetuaremos uma análise dialética dos discursos(Viana, 2009b, Bakhtin, 2010) veiculados nos jornais, relacionando-os com a construção de um consenso em torno da forma social neoliberal (política de austeridade).

Palavras-chave
Crise de acumulação, neoliberalismo discricionário, análise do discurso, discurso ideologêmico.

Abstract

The objective is to analyze some speeches, made by members of the dominant bloc (intellectuals, bureaucrats, etc.) about the Brazilian crisis and the solu-

[1]Doutor em Sociologia/UFG e professor no Departamento de Sociologia e no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná/UFPR.

tions to resolve it, between the years 2015 and 2019, published in newspapers (O Globo, Folha de São Paulo, El País and Gazeta do Povo), as well as systematized in some books. We will first resort to a theoretical discussion, based on a Marxist theory of contemporary society (Viana, 2018, 2019, Orio, 2019, Almeida, 2020, Braga, 2020), with the aim of building a general understanding of the relationship between capitalist accumulation , Social blocks and discursive production in neoliberal capitalism. Next, we will carry out a dialectical analysis of the speeches (Viana, 2009b, Bajtín, 2010) published in newspapers, relating them to the construction of a consensus around neoliberal forms.

Keywords

Accumulation crisis, discretionary neoliberalism, speech analysis, ideological discourse.

Introdução

O presente artigo busca apresentar as marcas do discurso neoliberal sobre a crise econômica brasileira a partir da observação de artigos de jornais publicados entre 2015 e 2018. A partir de uma análise marxista da crise de acumulação, o trabalho que se apresenta investiga na produção de opinião de jornais de circulação nacional a forma como se consolida a construção do discurso ideologêmico[2] que oculta a realidade da crise com vistas a propor maior exploração do trabalho e maior apropriação da renda estatal pela burguesia e determinadas frações das classes auxiliares[3].

As análises aqui apresentadas são frutos de uma pesquisa, ainda em andamento, sobre os discursos jornalísticos a respeito da crise de acumulação brasi-

[2]O discurso ideologêmico é aquele que, por mais que contenha momentos de verdade, é essecialmente fundamentado em fragmentos de ideologia (neoliberal). O formato jornalístico (impresso ou televisivo) não permite o desenvolvimento de um discurso ideológico (filosófico, econômico, político etc.), mas permite a construção de discursos que são expressões de fragmentos de ideologias.

[3]As classes auxiliares são constituídas por algumas classes subsidiárias que para reproduzirem seus interesses de classe precisam necessariamente atuar para reproduzir os interesses da burguesia, visto que os seus interesses são dependentes da reprodução das relações sociais capitalistas e, dessa maneira, acabam por auxiliar a burguesia no processo de dominação de outras classes, tais como o proletariado, o lumpemproletariado etc. Sobre a complexidade das classes sociais no capitalismo consultar: Viana, 2017.

leira e apontam as marcas da produção de sentidos pelo bloco dominante que, a partir do capital comunicacional (empresas capitalistas de comunicação), constrói inúmeras correntes de opinião que impedem a compreensão das verdadeiras determinações da crise, que impedem a compreensão do estado como forma social burguesa etc.; que buscam garantir apoio social necessário para aprovação das supostas medidas de superação (formas neoliberais discricionárias, extremadas) da crise econômica (ideologia do crescimento econômico) etc.

Acumulação integral e ciclo dissolutivo

A contemporaneidade foi constituída sob o comando do regime de acumulação integral[4] que emerge como reação à crise de acumulação do final da década de 1960 e início de 1970, vindo a substituir o *regime de acumulação conjugado* que entrara em colapso. Na perspectiva de Viana (2009), a luta de classes é o motor alteracional dos regimes de acumulação que são constituídos por três das suas formas essenciais: forma de valorização (extração de mais-valor), forma estatal e forma de exploração internacional. O ciclo de constituição da acumulação integral se dá a partir da década de 1970-1980, se expandindo entre 1980-1990, consolidando-se entre 1990-1999 e, a partir do ano 2000 entra no ciclo de

[4]A teoria do regime de acumulação integral foi desenvolvida por Nildo Viana em sua obra *O capitalismo na era da acumulação integral* (2009). Em síntese, "no caso da acumulação, o que se busca é concretizar uma acumulação *integral*, simultaneamente *intensiva* e *extensiva* através da extensão do processo de mercantilização das relações sociais e da busca de ampliação do mercado consumidor, mesmo que esta busca se caracterize, em parte, pela produção personalizada, e também pelo aumento da intensificação da exploração da força de trabalho através do aumento de extração de mais-valor relativo e absoluto. No caso da especialização ou do que alguns chamam de *pluriespecialização* (Coriat), trata-se de uma especialização *ampliada*, onde ao invés do trabalhador se dedicar a apenas uma atividade passa a se dedicar a várias, embora se mantenha afastado do controle do processo de trabalho, o que significa especialização no processo de execução, e continue não executando certas funções práticas que ficam a cargo de outros trabalhadores. No caso dos trabalhadores, o que ocorre é uma *intensificação* da exploração com a retirada de seus direitos já conquistados e da formação de um mercado de trabalho *inflexível*, onde os trabalhadores se submetem a subcontratação, ao desemprego, etc. No caso da subcontratação (bem como no caso das horas extras), o que se vê é um aumento disfarçado da jornada de trabalho, o que significa aumento de extração de mais-valor absoluto. Aliás, mais-valor relativo e mais-valor absoluto andam juntos no período de acumulação integral, embora isto seja constante no capitalismo, mas agora assume proporções intensas, tal como não ocorria há muito tempo na história do capitalismo (VIANA, 2009, p. 70-71). Para uma melhor compreensão sobre o regime de acumulação integral Cf. (VIANA, 2009; BRAGA, 2013).

dissolução, que se inicia com seu enfraquecimento (2000-2008) e entra em seu período de desestabilização, a partir do ano de 2008.

Neste tripé observado por Viana (2009), a forma estatal do regime de acumulação integral é o estado neoliberal, estabelecido para regularizar as relações de trabalho necessárias para promover a acumulação, bem como para todas as formas sociais. Em meio a este cenário, são as regularizações neoliberais que buscam garantir a acumulação integral, a partir de medidas do tolhimento dos direitos trabalhistas, da promoção do trabalho precário e do subemprego, da cooptação da burocracia sindical e do enfraquecimento de sua capacidade de negociar a exploração do trabalho, se convertendo definitivamente em outra forma social dessa mesma regularização. Reforça-se ainda as medidas de privatizações e transferências de patrimônios e empresas estatais para a burguesia; promoção de política de benesses para o capital financeiro; de ações de austeridades para investimento ou recursos sociais; concessão de isenções tributárias para o capital; acentuação da exploração do capital internacional sobre os países subordinados; repressão e criminalização de movimentos de contestação social; criminalização da pobreza; dentre uma série de outras estratégias de privilégios para a classe dominante (HARVEY, 2008a; VIANA, 2009a). Sob tal perspectiva, percebe-se a centralidade do estado neoliberal como garantidor da reprodução/regularização do capitalismo no regime de acumulação integral. Tal postura ofensiva do estado neoliberal, contudo, não tem conseguido combater efetivamente a tendência declinante das taxas de lucros e, constantemente, a sociedade contemporânea se depara com a possibilidade de "novas" crises/desestabilizações no capitalismo (BRENNER, 2003; HARVEY, 2011). É este cenário de crise e as estratégias do discurso jornalístico em defesa da ofensiva neoliberal que observaremos aqui.

Primeiramente é necessário apresentar uma distinção entre crise do capitalismo e crise no capitalismo. O termo *crise* aponta para a compreensão segundo a qual determinado ser encontra dificuldades radicais para garantir sua regularização, isto é, representa um momento em que a existência desse ser se encontra ameaçada, uma possibilidade concreta de sua superação, caso as ameaças não sejam afastadas. Nesta lógica, a crise do capitalismo representaria a possibilidade de superação das suas relações sociais de produção. Não é o que ocorre neste cenário econômico e social. Mesmo considerando as diversas greves e manifestações em vários países promovidas pelo proletariado. Foram poucas as vezes em que tal pressão colocou concretamente em xeque as relações de produção capitalistas e sua equivalente sociabilidade. Desta feita, não é correto falar de

uma crise do capitalismo nesse momento, mas sim de uma crise no capitalismo. É disso que estamos falando. A sociedade capitalista é marcada por uma série de crises, tais como a crise financeira, crise governamental, crise de legitimidade das instituições, crise de acumulação, crise diplomática etc. Isto é, trata-se da existência de crises de *partes* no interior do capitalismo e não uma crise do seu *todo*. O que não quer dizer que uma crise no capitalismo não possa avançar até os seus limites, tornando-se uma crise do próprio capitalismo (VIANA, 2014a).

Como já pontuado, o estado neoliberal promoveu o recrudescimento das contradições sociais em escala assustadora com vistas a tentar frear a queda da taxa de lucro. Assim, as contradições derivam das relações sociais que lhe sustentam, tais como a própria contradição inerente à produção de capital, as desigualdades sociais e concentração de riqueza/capital, a violência social cotidiana, a miséria, as injustiças sociais e outros fatores que podem gerar diversas crises no capitalismo contemporâneo. De uma crise/desestabilização do próprio regime de acumulação integral pode surgir uma crise do capitalismo.

A crise de acumulação estadunidense e seus reflexos mundiais

Durante seu ciclo de constituição, o regime de acumulação integral foi marcado por momentos de significativas dificuldades e entraves, especialmente nos EUA. Apesar de ter garantido parcialmente o retorno da acumulação de capital, a partir do seu ciclo de consolidação (1990-1999), as dificuldades para combater a tendência declinante das taxas de lucros persistiam. Antes mesmo de completar uma década de retorno da lucratividade (1986-1995), a acumulação integral estadunidense ("termômetro" da acumulação capitalista mundial), a partir da segunda metade da década de 1990, voltava a sofrer com a tendência declinante da taxa de lucro (BRENNER, 2003).

Diante dessa tendência emerge um problema constante para os capitalistas: onde investir o capital excedente visando maior lucratividade? A solução encontrada foi investir na especulação de ativos, sistematizando a regularização financeira da acumulação integral, e na reprodução do mercado consumidor através de maiores facilidades na concessão de créditos, ocasionando um maior endividamento. Juntamente com a queda da taxa de lucro do setor produtivo, em especial a partir de 1995, o valor (especulativo) das ações decolava promovendo a expansão da liquidez e garantindo as oportunidades de lucros que o setor

produtivo não conseguia garantir. No entanto, vale lembrar, que a ascensão do valor das ações só foi possível devido ao retorno parcial da lucratividade no setor produtivo na década anterior.

A regularização financeira neoliberal em seu conjunto permitiu uma queda expressiva nos custos do endividamento e uma valorização do dólar, sustentando uma sensação generalizada de que a economia estadunidense estava indo de "vento em popa". A bolha especulativa estadunidense e seu efeito de prosperidade garantiram seu *boom* econômico, da mesma forma como auxiliaram diversos países capitalistas a enfrentarem suas recessões. No entanto, a partir de 1997, a produção capitalista perdia sua capacidade de competir no mercado internacional, assim como experimentava um declínio da exportação e, consequentemente, via sua lucratividade reduzir novamente, como consequência contraditória da própria regularização financeira que alavancara o mercado de ações, o consumo, os investimentos etc., mas também promovera a alta do dólar que limitava a lucratividade e a expansão da produção capitalista, tornando-a vulnerável à crise econômica internacional (BRENNER, 2003).

Os sinais de que a acumulação integral entrara em seu ciclo de dissolução passa a ser percebido no final da década de 1990 e início dos anos 2000. A grande expectativa com as *empresas.com* e a elevação dos investimentos gerados por ela na década de 1990 se enfraquece na década seguinte, entrando em crise com a explosão da bolha especulativa. Tal crise leva à necessidade de buscas de outros espaços de valorização do capital: o mercado de financiamento de imóveis, fundamentado na especulação imobiliária que logo entra em crise, atingindo primeiramente o segmento do mercado de maior risco, mas posteriormente se expandindo e contagiando todo o sistema financeiro:

> Já no momento de alta do ciclo percebia-se o caráter especulativo do processo auto expansivo, uma vez que a elevação dos preços dos imóveis permitia a ampliação dos empréstimos para novas compras de imóveis, que voltavam a elevar os preços dos imóveis, e assim por diante. Essa bolha especulativa, enquanto o ciclo de alta na liquidez e no crédito internacionais permitia e chancelava os problemas conjunturais de liquidez dos tomadores de empréstimos, apresentou esse caráter "virtuoso" para a economia mundial, dentro de um processo, como visto, de fun-

> cionalidade do capital fictício para a acumulação do capital total (CARCANHOLO, 2010, p. 08).

Conforme já apontava Viana (2018)[5], os efeitos dessa crise a curto prazo no Brasil foram um pouco menores devido a inexistência de um entrelaçamento direto com os elementos responsáveis pela crise estadunidense:

> as consequências da crise nos EUA são as já visíveis, desde a quebra de bancos até a queda do consumo e do nível de vida da população, e, caso não seja contida, diminuirá consideravelmente o mercado consumidor e, por conseguinte, o desemprego e o setor comercial e industrial, entre outros, criando uma bola de neve que deve atingir vários outros países. Isto é mais grave tendo em conta que os EUA têm 5% da população mundial e que seu consumo, no entanto, é de 19%, ou seja, é uma fatia importante do mercado consumidor mundial (VIANA, 2018).

Contudo, com um maior desdobramento dos efeitos dessa crise para outros setores e países, assim como o aprofundamento da mesma, a tendência era que o Brasil passasse a ser atingido de maneira cada vez mais intensa, assim como diversos outros países, especialmente no capitalismo subordinado, como foi o caso argentino.

Crise de acumulação e neoliberalismo discricionário

Para cumprirmos com o propósito desse trabalho, a partir de agora analisaremos a crise de acumulação que atinge o Brasil, a partir do ano de 2011, e, posteriormente, o discurso do bloco dominante[6] para justificar as contra tendências geradas pelo estado neoliberal brasileiro a partir desse ano, mas intensificadas

[5]O ano aqui referenciado diz respeito ao ano de acesso do artigo e não de produção, pois o mesmo foi produzido em 2008, ano da crise financeira estadunidense. Ver: http://www.ueg.br/noticia/6264_a_crise_financeira_nos_eua_e_suas_consequencias_sociais

[6]O bloco dominante é um dos blocos sociais que se encontram na dinâmica da luta de classes sociais. Tais blocos conformam a expressão mais consciente e organizada das classes sociais e dividem-se em bloco dominante, bloco reformista e bloco revolucionário. Para uma melhor compreensão dos blocos sociais Cf. (VIANA, 2015).

pelo neoliberalismo discricionário do governo de Michel Temer a partir do ano de 2016.

Nesse trabalho, como se pode perceber, o estado (capitalista) é entendido como a principal forma de regularização das relações sociais[7] no capitalismo, o que significa dizer que ele é a principal forma social reprodutora da sociabilidade capitalista, tornando-a regular para os propósitos da acumulação de capital. Nesse sentido, nada mais correto do que compreender o estado como uma instituição burguesa, um aparato do capital que possui uma autonomia relativa em relação a esse, e tal autonomia se expressa nas ações da burocracia estatal[8]. Da mesma forma podemos afirmar que a autonomia dos governos em relação ao estado também é relativa (VIANA, 2015a). Dito isto, como podemos caracterizar o estado brasileiro e seus respectivos governos nos treze anos das gestões petistas (2003-2015)?

O Partido dos Trabalhadores (PT) desde sua origem é marcado por um avanço crescente dos seus setores mais conservadores, em um típico processo de burocratização e formação de uma classe dirigente (burocracia) desejosa em satisfazer seus próprios interesses, a partir da chegada ao poder. Contudo, para satisfazer seus interesses tal burocracia deve, necessariamente, se apresentar como uma classe capaz de auxiliar a burguesia. E foi isso que a burocracia petista veio tentando demonstrar em sua trajetória: ser capaz de auxiliar a burguesia no processo de dominação e exploração capitalista. Hoje já é quase consenso em diversas perspectivas da sociologia, ciência política, economia política brasileira que os governos petistas foram governos neoliberais (PAULANI, 2008; TEIXEIRA e PINTO, 2012; BOITO e BERRINGER, 2013; MARTUSCELLI, 2015; VIANA, 2018a). Foge à regra os ideólogos petistas (SADER, 2013) e seus simpatizantes,

[7]Segundo Viana, "O conceito de formas de regularização das relações sociais (ou apenas formas sociais) engloba, assim, o estado e suas instituições, a sociabilidade, as instituições privadas, a cultura em geral [...] Resumindo, as formas de regularização são determinadas relações sociais reais por indivíduos reais que utilizam determinados meios materiais com o objetivo de reproduzir as relações de produção dominantes e que são engendradas pelo modo de produção dominante. Acontece que as contradições de classe do modo de produção se reproduzem nestas formas de regularização. Estas também são responsáveis pela formação de novas classes sociais que se envolvem na luta das classes fundamentais e assim torna mais complexa a luta de classes" (VIANA, 2007, p. 75-76).

8 Sobre o conceito de burocracia estatal Cf. (VIANA, 2012; BRAGA, 2017). A burocracia estatal é uma das classes sociais oriunda das formas de regularização das relações sociais.

que com lastimosa criatividade ideológica[9] se contentam apenas em dizer, sem explicar, que os governos petistas foram pós-neoliberal.

De uma espécie de "socialdemocracia de esquerda", em suas origens oitentistas, à uma "socialdemocracia de direita", já nos anos 90, o PT torna-se, no início do século XXI, como exigência do próprio regime de acumulação integral, um partido neoliberal como todo e qualquer partido social-democrata no poder. Todo esse processo é marcado por abandonos e expulsões dos setores mais à esquerda e pelo fortalecimento crescente dos setores mais moderados e dispostos a melhorarem sua organização para a conquista do poder federal[10]. Em síntese, podemos afirmar que no regime de acumulação integral não há nada mais neoliberal do que um social-democrata, e até mesmo um socialista (François Hollande), no poder. A história da social-democracia europeia que o diga.

Seguindo as análises de Martuscelli (2015), com algumas ressalvas teóricas e metodológicas, é possível perceber o processo de neoliberalização do Partido dos Trabalhadores ainda na década de 1990, o que fica ainda mais cristalino a partir da eleição de Luís Inácio Lula da Silva[11] e da adoção de formas (neoliberais) de regularização das relações sociais. Prova disso é que

> ao menos nos ramos centrais do aparelho de Estado, o capital financeiro internacional continuaria exercendo forte influência, imprimindo-se de modo marcante no processo de execução da política do governo Lula. Para complementar essa sina pró-mercado, os principais cargos de direção e de confiança do Ministério da Fazenda e do Banco Central foram ocupados por economistas da PUC-Rio e de instituições brasileiras e estrangeiras que estava em perfeita sintonia com os ditames do pensamento neoliberal. Dado o protagonismo que os ministérios da Casa Civil e do Planejamento, Orçamento e Gestão, e o BNDES tiveram na execução da política do governo Lula, cabe observar que as nomeações para os cargos hierarquicamente superiores desses

9 Ver também os diversos artigos que reforçam e defendem essa ideologia em: SADER, 2013.
10 Essa não é uma tendência própria do petismo, mas de todo e qualquer partido político que para conquistar o poder do estado precisa se organizar burocraticamente para isso. Para acompanhar essa tendência Cf. (MICHELS, 1982; VIANA, 2003).
11 Para Martuscelli (2015), ainda nos anos 90 é possível perceber, através da "análise das resoluções dos Encontros e Congressos nacionais do PT", esse processo de neoliberalização do programa político petista.

> órgãos estavam em sintonia com setores que são críticos do neoliberalismo extremado, formando-se praticamente um grupo mais afinado com uma perspectiva social-liberal (ou neoliberal moderada) e, portanto, com os interesses da burguesia interna, que é a fração de classe que melhor expressa essa linha política nas condições históricas impostas pelo capitalismo neoliberal brasileiro (MARTUSCELLI, 2015, p. 155).

O governo Lula, assim como o primeiro mandato do governo Dilma, foi um governo neoliberal neopopulista[12], visto que suas formas de regularização das relações sociais eram nitidamente neoliberais (política financeira, corte de gastos, maior abertura para o capital internacional, lei de falências, lei das parcerias públicos-privadas, estatização das dívidas empresariais, autonomia do Banco Central, socorro aos bancos privados e estatais, expansão do crédito etc.), assim como suas contra tendências aos impactos da crise[13] de 2008/2009 (GIL e BARIZÃO, 2012; BUGIATO, 2018) e suas políticas sociais assistencialistas e paliativas (concessão de migalhas a determinadas frações do lumpemproletariado[14]) de gastos mínimos (essência neoliberal) com transferência de renda (Programa Fome Zero, Bolsa Família etc.), aumentos salariais e do nível de consumo, cooptação de setores dos movimentos sociais (negros, feministas, LGBT'S, sem-terras, sem-tetos, pescadores etc.) com suas políticas segmentares, assim como a cooptação de lideranças sindicais etc. possuíam forte cunho populista e, ao contrário do que afirma o discurso petista, que foi especialista em torturar os números para que esses dissessem o que melhor lhes convinham, quase nada foi

[12] "O projeto de poder do PT gerou algumas especificidades no seu neoliberalismo. Ele realizou uma versão do neoliberalismo no qual se busca criar uma base de apoio, representado por um conjunto de partidos aliados, setores da burguesia, junto com uma parte do lumpemproletariado e burocracias (partidárias, sindicais, governamentais, etc.) e setores dos movimentos sociais. Para conseguir isso, realizou um conjunto de políticas estatais neoliberais que eram simultaneamente neopopulistas" (VIANA, 2015c, p. 32).

13 Por exemplo, no auge da crise financeira de 2008/2009, quando diversas instituições financeiras vieram à falência, incluindo o gigante Lehman Brothers, o governo petista garantiu, como todo governo neoliberal, um "clima favorável aos negócios" (HARVEY, 2008a) ao permitir que o Banco Central brasileiro liberasse uma quantia aproximada de 20 bilhões para bancos (Votorantin, Safra, Alfa etc.) e empresas, tais como a Sadia. A quantia fornecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento/BNDES como capital de giro às empresas chega a cifra de mais de 100 bilhões (GIL e BARIZÃO, 2012).

[14] Sobre o lumpemproletariado ver a ressignificação dessa classe social Cf. (VIANA, 2012; BRAGA, 2013, 2016a).

feito para alterar concretamente a condição de pobreza das classes sociais mais desprivilegiadas, a condição precária do trabalho operário, a lumpemproletarização etc. Prova disso é que qualquer alteração realizada pelo governo Temer nessas políticas paliativas é capaz de mandar novamente milhares de indivíduos das classes sociais desprivilegiadas imediatamente à condição de extrema pobreza e lumpemproletarização (marginalização da divisão social do trabalho).

Após dois mandatos, expressando hegemonicamente os interesses da burguesia financeira internacional e nacional (TEIXEIRA e PINTO, 2012), assim como os interesses da burguesia nacional (industrial, mineradora, agropecuária) no seio do bloco dominante, o neoliberalismo neopopulista petista consegue manter-se no poder com mais um mandato a partir da eleição de Dilma Rousseff em 2010. Contudo, tempos difíceis se aproximavam com o aprofundamento dos efeitos da crise financeira no Brasil a partir de 2011, e com esses viriam também o esgotamento do neoliberalismo neopopulista petista e uma forte pressão de determinadas alas do bloco dominante, agora dividido, pelo aprofundamento do neoliberalismo no país (neoliberalismo discricionário).

Assumindo o governo em uma conjuntura internacional desfavorável devido à crise/desestabilização da acumulação capitalista mundial, aliado ao esgotamento das formas de regularização capitalistas petistas, especialmente da *nova matriz econômica*[15], e da incompetência política do governo Dilma, a lucratividade e rentabilidade burguesa passava a declinar no país, a única exceção era a rentabilidade da burguesia financeira (PINTO et al., 2017; SINGER, 2015, 2016; SAMPAIO, 2013). Diante desse cenário o bloco dominante se rompe e sua ala mais conservadora e extremista passa a exercer forte pressão sob o governo, exigindo tal aprofundamento neoliberal.

O propósito fundamental desse trabalho é analisar a maneira como o discurso do bloco dominante (governista e oposicionista) busca construir um consenso social em torno do aprofundamento das formas sociais burguesas neoliberais, assim como construir correntes de opiniões favoráveis a tais formas, especialmente através do discurso ideologêmico veiculado pelos jornais (televisivo, impresso, digital etc.). Nesse sentido os discursos serão analisados enquanto expressão cultural da luta de classes no capitalismo contemporâneo.

Discurso jornalístico e consentimento neoliberal

A hegemonia dos interesses da burguesia financeira no bloco dominante brasileiro, consolidada no governo de FHC e garantida nos governos de Lula,

15 Cf. (SINGER, 2015).

encontra dificuldades em se reproduzir no governo de Dilma Rousseff e consequentemente passa a representar uma fissura no interior do próprio bloco. O possível enfraquecimento da hegemonia da burguesia financeira fica evidente no discurso de Dilma alusivo ao dia do trabalhador[16] no ano de 2012. Esta fissura no bloco dominante seria o estopim para o conflito entre alas que, consequentemente, acarretaria na fragilização do governo, no impeachment de Dilma e na abertura de um suposto caminho mais curto em direção ao neoliberalismo discricionário.

Passado seu primeiro semestre o governo sofreria maiores impactos dos efeitos da crise financeira de 2008, por conseguinte dos efeitos da redução da produção capitalista mundial. Diante deste cenário, era necessário tomar providências para garantir a manutenção do neoliberalismo neopopulista e do próprio projeto de preservação do poder petista. A escolha do governo foi colocar em prática a *nova matriz econômica* que, como mostra as palavras do ex-ministro da Fazenda de Dilma, exigia da burguesia financeira abrir mão de sua elevada lucratividade[17] e se adaptar, pois

> um mundo novo de oportunidades vai surgir para aqueles que querem ver seu capital se expandir, mas desta vez, capitaneado

[16]"É inadmissível que o Brasil, que tem um dos sistemas financeiros mais sólidos e lucrativos, continue com os juros mais altos do mundo" (Gazeta do povo, 01/05/2012). "Mas não vamos abrir mão de cobrar com firmeza de quem quer que seja, que cumpra seu dever" (G1, 30/04/2012).

[17]Segundo o G1 de 12/04/2012 "O ministro da Fazenda, Guido Mantega, adotou um tom mais duro nesta quinta-feira (5) ao cobrar aumento do crédito e redução das taxas de juros cobradas pelos bancos privados do país. Segundo ele, as instituições financeiras brasileiras estão entre as mais lucrativas do mundo e, por isso, têm margem para reduzir as taxas de juros cobradas em suas linhas de crédito para a população. 'Os consumidores estão com vontade de consumir. Estão com mais salários. Porém, está havendo uma retenção de crédito por parte dos bancos. Os bancos privados não estão liberando crédito e estão cobrando 'spreads' [diferença entre o que pagam pelos recursos e o valor cobrado de seus clientes] muito elevados. A taxa de captação [quanto as instituições pagam pelos recursos] é de, no máximo, 9,75% ao ano. Estão captando a 9,75% e emprestando a 30%, 40%, 50% ou 80% ao ano dependendo das linhas de crédito. Essa situação não se justifica', disse o ministro da Fazenda [...] Existem condições para que os bancos brasileiros deixem de ser os campeões de spread do mundo. Eles deveriam também baixar a taxa de juros. Existe possibilidade para isso. A lucratividade dos bancos têm sido muito elevada. No ano passado, os bancos brasileiros foram entre os mais lucrativos do mundo. Quero que os bancos tenham lucro, mas a partir de crédito, de atividade econômica de empréstimo, e sem afligir o consumidor, declarou Mantega nesta quinta-feira". Disponível em: http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/04/bancos-tem-margem-para-reduzir-juros-diz-mantega.html

> pela produção. A atividade financeira vai se adaptar e encontrar os caminhos da rentabilidade apoiando a atividade produtiva. A era do ganho fácil e sem risco ficou para trás, apesar do choro e do ranger de dentes dos poucos que se beneficiavam dessa situação (MANTEGA, 2012).

A *nova matriz econômica* do governo Dilma batia de frente com interesses de classes poderosíssimas, tal como é o caso da burguesia financeira internacional e nacional, pois a marca central dessa nova matriz fundava-se em um incisivo e firme intervencionismo estatal, com expressiva determinação do próprio poder executivo, que contrariava interesses (especialmente com a redução dos juros e dos spreads bancários[18]) garantidos amplamente nas gestões neoliberais anteriores, assim como também tinha a pretensão de garantir as condições de reprodução das formas de regularização petistas, que por ora se esqueceu de sua autonomia relativa e *cutucou onças com varas curtas* (SINGER, 2015) ao apostar em uma mistura de aliança e cooptação frágil com outras frações burguesas nacionais (industrial, agrária) e de setores do proletariado e do lumpemproletariado para pressionar a burguesia financeira a abrir mão de sua elevadíssima lucratividade no país.

A momentânea vitória do governo no controle da política financeira, juntamente com diversas outras medidas e resultados positivos (capitalização de bancos estatais e financiamento da produção industrial, desvalorização do real, investimentos em infraestrutura, maior protecionismo alfandegário, desoneração da folha de pagamentos, fez a burocracia governista acreditar que o projeto petista avançava a pleno vapor. Entretanto, o retorno da inflação no início de 2013 comprometera toda a nova matriz econômica ao coagir o Banco Central a elevar os juros como forma (tipicamente neoliberal) de combater a alta inflacionária, pois "com o contínuo aumento dos juros a partir de abril de 2013, cujos efeitos costumam ocorrer entre seis meses e um ano depois de realizados, as

[18]"Spread bancário é simplesmente a diferença entre os juros que o banco cobra ao emprestar e a taxa que ele mesmo paga ao captar dinheiro. O valor do spread varia de acordo com cada operação, dependendo dos riscos envolvidos e, normalmente, é mais alto para pessoas físicas do que para as empresas. O Brasil é famoso por ter um dos maiores spreads bancários do mundo". Dados do IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2051:catid=28&Itemid=23 Acessado em: 04/07/2018).

perspectivas de crescimento em 2014 estavam anuladas. Em outras palavras, a nova matriz tinha perdido *momentum*" (SINGER, 2016, p. 40).

Daí por diante o governo Dilma sofreria intensas pressões, de diversas alas do bloco dominante (burguesia financeira e suas agências nacionais e internacionais, a burguesia comunicacional[19], os partidos burgueses, a burguesia industrial internacional e nacional, setores da intelectualidade etc.) para mudar sua trajetória em direção a mais neoliberalismo (discricionário). Nesse pressionar político o capital comunicacional e seus intelectuais auxiliares[20] (jornalistas, comentaristas e cientistas políticos, economistas, colunistas etc.) exercem um papel fundamental ao trabalhar pela construção de um consenso social, de uma hegemonia comunicacional e informacional, através da construção de diversas correntes de opinião que apontam para a necessidade de reduzir o tamanho do estado, cortar seus gastos, reformar a previdência e as leis trabalhistas, cortar os impostos do capital e aumentar os impostos da população, privatizar etc.

Em período de estabilidade da acumulação integral brasileira, o neoliberalismo neopopulista petista conseguiu garantir certa **governabilidade** e sucesso eleitoral, porém, a fragilidade política de sua base de apoio, mantida notadamente à base de muita corrupção e cooptação, junto com a desestabilização da acumulação capitalista, se mostrou estéril de um projeto político macroestrutural distinto e muito menos de um projeto de mudanças sociais concretas. O PT possuía tão somente um projeto de conquista e manutenção do poder, que se mostrou muito frágil para se manter em períodos de crise financeira, principalmente com um maior acirramento da luta de classes.

Diversos elementos haviam se desenvolvido no país e contribuíram para o acirramento da luta de classes a partir de maio/junho de 2013, assim como para um maior enfraquecimento do governo petista que, com suas formas sociais não alteraram significativamente a condição estrutural de super exploração do trabalho, de pobreza, condição de vida e trabalho precária, marginalização da divisão social do trabalho, violência urbana e rural extrema etc. que caracterizam, especialmente, o modo de vida das classes desprivilegiadas no capitalismo contemporâneo brasileiro. Pelo contrário, pois apesar de algumas concessões insignificantes (aumentos salariais e criação de trabalho precário, crédito fácil que

[19]A burguesia comunicacional se caracteriza por ser proprietária das empresas capitalistas de comunicação: redes de tv, jornais impressos e digitais, editoras, rádios difusoras etc. Para maiores informações Cf. (BRAGA, 2016a).
[20]Sobre a intelectualidade como classe auxiliar da burguesia Cf. (VIANA, 2012; BRAGA, 2014).

enriquece os bancos públicos e privados, distribuição raquítica de renda etc.), as contradições se avolumaram e ocuparam as ruas, em um contexto de desestabilização da acumulação e esgotamento dessas formas sociais.

A conjuntura era marcada pela volta da inflação, pela ascensão do movimento grevista[21] no funcionalismo público e privado, pela expansão do trabalho precário e de uma maior precarização dos serviços públicos, pela violência urbana cotidiana, pela precariedade dos transportes coletivos e o aumento abusivo de suas passagens, pela retomada das lutas estudantis (secundaristas e universitárias) etc. que, em síntese, expressou um aumento silencioso do descontentamento social, explicitado nas ruas durante *As Jornadas de Maio e Junho de 2013*[22], bem como um maior enfraquecimento do governo petista.

Diante da explosão de manifestações sociais em diversas cidades brasileiras, contestando esse quadro de maior precarização, exploração e opressão social, no qual as manifestações espontâneas contra o aumento das passagens do transporte coletivo era sua face mais visível, o governo Dilma optou pela repressão brutal, cuja tendência histórica é vir acompanhada da construção de *inimigos imaginários* (vândalos, delinquentes etc.) que justifiquem a violência repressiva[23]. A brutalidade da repressão estatal, da criminalização e judicialização das luta sociais, assim como diversas outras determinações, promoveu o recuo da contestação social e a luta de classes passou a ser canalizada para as disputas eleitorais.

[21]Segundo Ruy Braga (2016), "de fato, em 2013, de acordo com o Sistema de Acompanhamento de Greves do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (SAG-Dieese), os trabalhadores brasileiros protagonizaram uma onda grevista inédita na história do país, somando 2.050 greves. Isso significou um crescimento de 134% em relação ao ano anterior, quando foram registradas 877 greves [...] Trata-se do maior número desde 1990, quando foram registradas 17.027 horas paradas [...] Em várias capitais, por exemplo, as greves bancárias tornaram-se rotineiras. Além disso, professores, funcionários públicos, metalúrgicos, operários da construção civil, motoristas e cobradores reconciliaram com a mobilização sindical em 2013 e 2015" (p.70).

[22]Sobre as Jornadas de Maio e Junho de 2013, consultar o número (especial) 13 da Revista Enfrentamento em: http://enfrentamento.net/enf13.pdf . Também vale a pena consultar: (MARICATO et al., 2013).

[23]Aqui, mais uma vez, o capital comunicacional cumpriu seu papel político na luta de classes em torno de tal construção imaginária. Nunca se escutou tanto a palavra vândalos nos telejornais brasileiros como em maio e junho de 2013, e posteriormente na cobertura jornalística das manifestações contrárias à realização da Copa do Mundo e tudo que ela representou (corrupção, lucros capitalistas extraordinários, deslocamento espacial das classes desprivilegiadas etc.), ao se referir aos contestadores sociais mais incisivos e dispostos à reagir à violência do aparato policial. Não cabe aqui demonstrar a construção desse processo de dominação comunicacional durante as jornadas, mas sua importância justifica uma investigação nossa que virá em trabalhos futuros.

Com a aproximação das eleições e a pressão de setores do bloco dominante pelo aprofundamento do neoliberalismo, o governo petista apostou na arte da dissimulação ao propagandear que, caso Dilma fosse reeleita, teria condições de evitar as formas neoliberais discricionárias que golpeavam forte a porta. Mas, ao ser eleita com pequena margem de diferença, Dilma não tardou em retirar a máscara e dar início ao aprofundamento das formas neoliberais discricionárias. No entanto, parecia tarde demais para manter o bloco dominante unido em torno do seu governo, mesmo com o início do aprofundamento neoliberal realizado por seu governo.

A partir de 2015 surgiria uma disputa encarniçada pelo poder no interior do bloco dominante e uma falsa polarização entre o Partidos dos Trabalhadores/PT e aliados e o Partido da Social Democracia Brasileira/PSDB e outras oposições, que resultaria no impeachment de Dilma Rousseff, assim como no sepultamento do neopopulismo petista, e no início do mandato do seu vice-presidente Michel Temer, que representaria uma maior sistematização do aprofundamento neoliberal no Brasil.

O aprofundamento neoliberal, apesar de ocorrer na prática, dificilmente é assumido como tal pelo governo. Para camuflar toda essa intensificação da ofensiva burguesa contra as classes exploradas e desprivilegiadas que se expressava em mais neoliberalismo, diversos discursos ideologêmicos do bloco dominante (burocracia estatal e partidária, intelectualidade burguesa, burguesia industrial, financeira e comunicacional etc.) foram construídos e veiculados pelos jornais.

São tais discursos que daqui por diante analisaremos com vista à perceber o seu papel ideologêmico no sentido de justificar as medidas (neoliberais) governamentais e construir um consenso em torno da necessidade das mesmas para o bem do país, da população em geral etc., bem como ocultar sua determinação fundamental, isto é, a regularização da acumulação integral de capital e sua dinâmica de intensificação da exploração, de maior precarização das relações sociais e de trabalho, da maior apropriação da renda estatal pela burguesia e pela burocracia (estatal, partidária, governista) etc.

Antes de partirmos para a análise dos discursos do bloco dominante sobre a "crise econômica" brasileira e das reformas (neoliberais discricionárias) como necessárias para combater tal crise, primeiramente é necessário apresentarmos nossa compreensão sobre discurso. Assim como em trabalhos anteriores, aqui também partimos de uma concepção dialética de linguagem, discurso e dominação (BRAGA, 2015).

Em *A ideologia alemã* (1984), Marx e Engels demonstram como a linguagem emana diretamente do comportamento material dos indivíduos, ou melhor das relações sociais estabelecida entre as classes sociais das quais os mesmos pertencem. A linguagem e os discursos não existem por si mesmos, assim como não são neutros, nem isento de valores, mas, pelo contrário, são determinados na sociedade capitalista pela imposição cultural burguesa, pelo predomínio da visão de mundo dessa classe social e dos seus valores e interesses. A questão é que essa visão de mundo não pode se fundamentar na verdade sobre as relações (de exploração) sociais capitalistas. Pelo contrário, sua base deve necessariamente ser ideológica, isto é deve se fundamentar em uma *falsa consciência sistematizada* sobre a realidade, para assim garantir a dominação, pois

> a classe que dispõe dos meios da produção material, dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob formas de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação (MARX e ENGELS, 2002, p. 49).

Além de Marx e Engels, que fornecem elementos para concluirmos que o mundo da linguagem, do discurso e das representações sobre a realidade social está perpassado pela luta de classes, expressa na linguagem da dominação burguesa, Bakhtin também contribui com essa discussão na obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (2010). Para Bakhtin a linguagem é o ringue onde os valores sociais antagônicos se enfrentam, é uma das formas de regularização das relações sociais ("superestrutura") determinada pelo modo de produção capitalista e por conseguinte significa a luta de classes a partir dos valores hegemônicos da burguesia, que impõe determinados signos e evita o desenvolvimento de outros.

Em uma concepção dialética, o discurso é sempre o discurso de alguém, manifestação concreta da linguagem do seu portador (indivíduo, classe social, instituição, associação etc.), logo manifestação da consciência, por meio da linguagem de um *ser consciente*, que se expressa a partir do lugar que ocupa na

divisão social do trabalho, isto é, a partir da classe social desse ser. Portanto, para conhecer determinado discurso é necessário conhecer que classe social (modo de vida, interesse e aliança/oposição com outras classes) o produz e quais são suas determinações (VIANA 2009b; BRAGA, 2015; ARTESE, 2018). É a partir dessa concepção e sua compreensão sobre o discurso que analisaremos os discursos jornalísticos veiculados em um contexto social específico: o de crise de acumulação, de crise política e de ofensiva neoliberal discricionária.

Analisaremos alguns discursos veiculados em alguns jornais impressos e digitais (Folha de São Paulo, Valor Econômico, O Globo etc.), revistas, jornais e outras produções discursivas de algumas associações classistas (FIESP, CIESP etc.), assim como os discursos (entrevistas, comentários etc.) veiculados nos telejornais (GloboNews) entre os anos de 2015 a 2018, com o objetivo de responder alguns problemas centrais para esse trabalho: a) De que forma a crise de acumulação brasileira é explicada pelo bloco dominante no discurso jornalístico? b) Como a ofensiva burguesa, expressa nas formas neoliberais discricionárias, contra diversas classes sociais, especialmente contra as desprivilegiadas, são apresentadas nos discursos do bloco dominante? c) Que realidades esses discursos ocultam sobre essa crise e sobre as soluções apresentadas por esse bloco social? Vejamos.

O neoliberalismo impõe às classes desprivilegiadas (operários, serviçais, lumpemproletários etc.) *um mundo de exploração sem limites* (BOURDIEU, 1998) e por isso sofreu e continuará sofrendo resistência e contestação social em todos os países em que essa forma de regularização das relações sociais se impôs. Por essas duas razões principais (super exploração e a resistência que ela acarreta) o neoliberalismo sempre veio acompanhado de estratégias discursivas, ideológicas e comunicacionais para garantir o necessário consenso e legitimidade social, especialmente em um contexto de desestabilização da acumulação integral, no qual ele adquire um formato discricionário.

Diante da necessidade de impor formas neoliberais discricionárias (reformas) que promovam contra tendências à crise de acumulação brasileira, o bloco dominante (burguesia comunicacional e as demais frações burguesas, burocracia, intelectualidade etc.) se articula e recorre a todas às armas necessárias para gerar um duplo movimento: 1- ocultar o que é, ou seja, a realidade da maior exploração e precarização do trabalho e do modo de vida das classes desprivilegiadas em seus diversos grupos etários que as reformas representarão; 2- Apresentar o que não é, isto é, que as medidas e reformas estruturais do estado (limitação de

determinados gastos estatais, reforma trabalhista, reforma previdenciária etc.) são necessárias para garantir direitos futuros (previdenciária), que combaterão privilégios de servidores públicos (professores municipais, estaduais, federais etc.), que recuperará empregos (reforma trabalhista) e atrairá mais investimentos etc.

Vejamos alguns poucos exemplos, pois essa pesquisa ainda está em andamento, de como tais discursos se apresentam nas empresas capitalistas de comunicação. Para esse trabalho selecionamos alguns dos diversos discursos expressos pela jornalista Míriam Leitão, uma das grandes porta-vozes ideológicas do bloco dominante brasileiro no capital comunicacional, entre os anos de 2015 a 2016, e veiculados pelo jornal O Globo, em sua coluna de Economia[24]. Destacamos ainda resultados prévios das análises de artigos produzidos por outros ideólogos do bloco dominante em veículos como *Folha de São Paulo* e *El País* no mesmo período destacado. Em tais discursos é possível perceber de que maneira o bloco dominante "explica" a suposta crise econômica (na verdade crise de acumulação) brasileira, assim como constrói correntes de opinião que apontam para sua solução (mais neoliberalismo), como no trecho a seguir:

> A chance de evitar o desastre no segundo mandato, e um fim melancólico de seu governo, é deixar a equipe econômica trabalhar. Os números vão piorar antes de melhorar, seus amigos e eleitores vão reclamar e a popularidade vai cair. Tudo isso ocorreria se não fosse feito o ajuste. Seria uma piora pelo simples colapso de uma política econômica insustentável. Se deixasse tudo como estava, persistindo no erro, ela culparia quem fez a bagunça. Seria justo. Agora, diante das más notícias, o que ela dirá? Chamará o seu ministro da Fazenda e perguntará: "E agora, Joaquim?" E ele terá que ter boas respostas (Míriam Leitão, *O Globo*, 18/01/2015).

Uma das principais correntes de opinião em busca de um consenso em torno da necessidade (burguesa) e inevitabilidade da realização das reformas neoliberais discricionárias, expressas no texto, forçam no sentido de apresentar o governo de Dilma Rousseff e seu intervencionismo como um estorvo para a solução da crise, segundo os interesses do bloco dominante, e por conseguinte

24 Ao todo analisamos 118 discursos de Míriam Leitão, entre os dias 02 de janeiro de 2015 e 24 de novembro de 2016, publicados no jornal O Globo

seu poder se encontra ameaçado (impeachment ainda não declarado) caso não faça o que deve fazer: a ofensiva neoliberal discricionária. Esse discurso pode ser analisado da seguinte maneira: ou Dilma deixa a equipe econômica trabalhar (impor o neoliberalismo discricionário) ou seu governo terá um fim desastroso e melancólico. Em seguida, o discurso mascara as principais consequências que mais neoliberalismo gerará ao afirmar que os números vão piorar e não as condições de existência das classes desprivilegiadas, e somente no primeiro momento para depois voltar a melhorar, que tais medidas são impopulares (os amigos e eleitores vão reclamar e a popularidade vai cair), e que tudo isso ocorreria, mesmo sem o ajuste, em decorrência da insustentabilidade da política econômica de Dilma. Para finalizar, esse discurso recorre ao poema de Carlos Drummond de Andrade (E agora, José?) para significar o governo como enfraquecido, isolado e desolado, sem condições de fazer outra coisa que não os ajustes neoliberais, isto é, as boas respostas que se podia esperar de um bom neoliberal ortodoxo e por isso de confiança das instituições imperialistas (Banco Mundial, FMI etc.) como o Joaquim Levy (E agora, Joaquim?). Deixar a equipe econômica trabalhar significa permitir a regularização da ofensiva neoliberal discricionária que a equipe econômica de Levy passara a apresentar. Construiu-se segundo os interesses bloco dominante (burguesia industrial, financeira e comunicacional, burocracia governamental, setores da intelectualidade etc.) o consenso e os discursos segundo os quais o governo Dilma não teria as condições mínimas para realizar os ajustes necessários.

Já no início do seu segundo mandato, Dilma seria bombardeada de acusações de incompetência, política desastrosa, intervencionismo excessivo, irresponsabilidade fiscal, governo fraco e responsável por gerar um pioramento da crise etc. Nos meses seguintes, a pressão e a legitimação da ofensiva neoliberal discricionária seguiriam intensa através dos discursos ideologêmicos de uma das principais sicofantas do capital (comunicacional, industrial, financeiro etc.) no Brasil:

> A crise política fez crescer a crise econômica. O país está com um enorme rombo nas contas públicas e precisa da aprovação de medidas amargas no Congresso. [...] Realizar um ajuste fiscal em meio aos desentendimentos políticos é muito difícil. O governo precisará passar para a sua base o sentimento de urgência. O problema foi que a presidente fez e falou no passado. Ela disse que

> não havia crise, não faria tarifaço, não havia necessidade de ajuste fiscal e que medida impopular é contra o povo. Terá que dizer: 'Esqueçam o que eu disse' (Míriam Leitão, *O Globo,* 05/03/2015).
> Há uma agenda a ser tocada, mesmo em períodos de crise, para criar as bases para a retomada. Uma agenda microeconômica de retirada de obstáculos do caminho das empresas, como redução da burocracia e das dificuldades na área normativa. Mas o governo administra o país por espasmos. De repente, vem um decreto presidencial que promete facilitar as licitações para retomar o processo de concessões de rodovias e ferrovias. De repente, aparece uma alta de imposto ou uma ameaça de nova tributação (Míriam Leitão, *O Globo*, 08/04/2015).

Esses trechos carregam as duas das principais práticas do discurso do bloco dominante: dissimulam a realidade concreta, simulando-a de maneira ideologêmica. Nesse caso, a realidade concreta da dinâmica contemporânea das formas de regularização das relações sociais capitalistas neoliberais no Brasil que, em sua fase de desestabilização, exigia e exige o aprofundamento das formas neoliberais (discricionárias). Sendo assim, é necessário demonstrar a realidade concreta a qual tal discurso visava simular para, posteriormente, também demonstrar de que maneira tais discursos são construídos com o objetivo de dissimular a realidade concreta.

Como já vimos, o neoliberalismo enquanto forma estatal contemporânea, tem como sua determinação fundamental a busca por soluções à crise de acumulação emergida na década de 1970, mas passou a percorre sua trajetória criando contra tendências à tendência declinante da taxa de lucro médio que, desde essa década, acompanha frequentemente o modo de produção capitalista contemporâneo.

A questão do orçamento público, da dívida pública, seu rombo e a necessidade de combate-lo no Brasil e no mundo perpassa essa determinação fundamental do capitalismo neoliberal: a busca por nichos garantidores de uma reprodução ampliada da acumulação capitalista. Tal busca vem se radicalizando a partir do início da segunda década do século XXI, através da elaboração de estratégias estatais para promover o aprofundamento do neoliberalismo no país.

Seguindo as análises de diversos intelectuais comprometidos com a verdade acerca dos reais objetivos dos ajustes fiscais (SILVA, 2015; SALVADOR, 2017;

SILVA, 2018; SANTOS, 2019), é possível constatar o que verdadeiramente está em jogo nesse discurso (do bloco dominante), expresso por Leitão (2015), em torno da necessidade de maiores ajustes fiscais para contornar a crise de acumulação (ofuscada pelo termo crise econômica) pela qual passa a burguesia no mundo e no Brasil. Suas investigações sobre a disputa em torno da renda estatal e dos discursos que a obscurecem nesse contexto se apresentam claramente. Trata-se de direcionar maiores recursos para o capital em detrimento da garantia de direitos sociais para as classes desfavorecidas:

> como parte da política de ajuste fiscal, em curso desde 1993, que prioriza a realização de superávits primários para o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública, o governo federal vem se apropriando das contribuições sociais destinadas à seguridade social. O corolário é o esvaziamento permanente do financiamento da seguridade social, deixando os recursos públicos liberados para os condutores das políticas econômicas atenderem os interesses do capital. Além de sustentar o discurso público de elevados "déficits previdenciários" para justificar contrarreformas previdenciárias como a apresentada pelo atual governo de plantão por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 287/2016. Outro instrumento de política fiscal que vem agravando a retirada de recursos para o financiamento da seguridade social são as renúncias tributárias sobre as contribuições sociais. Diante do agravamento da crise do capital, o governo intensificou, a partir de 2010, as concessões de renúncias fiscais para permitir a recomposição das taxas de lucros de diversos setores econômicos (SALVADOR, 2017, p. 426-427).

> Outra emenda constitucional que atinge diretamente a seguridade social é a 95/2016. Esta emenda implementa um Novo Regime Fiscal (NRF), que propõe congelar as despesas primárias do governo por vinte anos, sendo os valores corrigidos apenas de acordo com a inflação. Entre as despesas primárias não se considera o pagamento de juros da dívida. [...] Isto caracteriza mais um retrocesso na área do direito social no Brasil, pois a tendência será de menos encargos financeiros reais do Estado

> para o provimento de políticas sociais, o que dificulta não só a efetivação das políticas já existentes, como também impossibilita sua ampliação. De acordo com o Relatório Específico de Auditoria Cidadã da Dívida nº 01/2017, o Orçamento Geral da União executado em 2016, de R$ 2.572 trilhões, destinou 43,94% aos juros e amortizações da dívida; 22,54% à Previdência Social; 3,02% para a Assistência Social e 3,90% para a Saúde. Em 2017, o orçamento previsto foi de R$ 3,399 trilhões; destes, 50,66% para os juros e amortizações da dívida; 19,13% para a Previdência Social, 2,45% para a Assistência Social e 3,16% para a Saúde. Essas "reformas" e dados da realidade revelam o compromisso do governo federal em se adequar às intenções do FMI e do BM, assim como a preocupação em realizar o ajuste fiscal, aprofundando os privilégios da dívida, sem efetivamente realizar mudanças estruturais na gestão das políticas sociais. Onera, portanto, a maioria da população com o desemprego, a precarização e a desregulamentação do contrato de trabalho, num contexto em que o capital especulativo e financeiro se torna atrativo, impulsionando a acumulação capitalista (SANTOS, 2019, p. 297).

Essa é uma das maneiras pelas quais o estado capitalista brasileiro permiti uma maior apropriação da renda estatal pela burguesia, especialmente por sua fração financeira, assim como por sua principal classe auxiliar, a burocracia estatal. E isso acaba por revelar que o aparato estatal, como não poderia deixar de ser, está envolvido pelo movimento do capital via mercantilização de suas práticas e essas seguem as determinações específicas do regime de acumulação contemporâneo (VIANA, 2018b). Não à toa, o neoliberalismo é sintetizado como a forma estatal *máxima para os capitalistas e mínima para as classes desfavorecidas* (proletariado, lumpemproletariado, serviçais etc.), pois "é diante da tentativa de minimização ou de superação desta crise que se desenvolve um conjunto de estratégias que vêm a favorecer, cada vez mais, a reprodução do capital, em detrimento das necessidades sociais" (SANTOS, 2019, p. 285).

No entanto, os discursos ideologêmicos veiculados pelas empresas capitalistas de comunicação (*Rede Globo*), denominação essa que por si só já revela que interesses buscam tornar regular, quer dizer os interesses capitalistas, atuam para ofuscar a estratégia dessa dominação cultural classista e, assim, obter o consen-

timento social necessário para a efetivação desses estrangulamentos sociais, disfarçados pelo eufemismo de *ajustes fiscais,* e evitar maiores contestações sociais.

Não é por outra razão que tais discursos afirmam de forma abstrata e taxativa o que deve ser feito (a- *aprovação de medidas amargas no Congresso*, b- *realizar um ajuste fiscal, c) há uma agenda a ser tocada, d) retirada de obstáculos no caminho das empresas, f) redução da burocracia* etc.), porém, não mencionando em hipótese alguma de que maneira isso precisa ser feito, quais são seus reais custos sociais, quem realmente se beneficia disso e quem sai prejudicado etc. Em síntese, o propósito político de tais discursos é esconder a verdade por detrás do estado capitalista e seu papel regularizador da acumulação de capital que se fundamenta na superexploração do trabalho, no desmonte das políticas sociais, na destruição de direitos, na lumpemproletarização, na criminalização da pobreza, na repressão estatal aos que ousam contestar sua dinâmica produtora e reprodutora de condições míseras de existência para milhares etc.

Na reportagem *Como o Brasil entrou, sozinho, na pior crise da história*, a *Revista Época*, da mesma *Rede Globo*, através dos jornalistas (intelectuais) Marcos Coronato e Graziele Oliveira, apresentam explicações semelhantes para a crise brasileira e a necessidade das reformas (neoliberais) para a sua superação:

> A maior parte do problema nasceu de uma política econômica desastrosa e arrogante (porque mantida mesmo após sinais claros de que estava equivocada). O governo apostou em baixar juros à força, incentivar o consumo e beneficiar setores e companhias seletivamente, em vez de promover reformas que facilitassem os negócios no país. O barateamento forçado dos combustíveis e da energia elétrica apresenta seu custo agora, na forma de inflação elevada. Permitiu-se que as contas públicas saíssem de controle [...] Agora resta esperar que termine o ajuste nos custos da produção no país, e que a falta de poder de consumo das empresas e famílias puxe a inflação para baixo (Graziele Oliveira e Marcos Coronato, *Revista Época*, 04/04/2016).

Por essas e outras os discursos soavam com tom ameaçador e construía o caminho para o impeachment, que ocorreria no dia 31 de agosto de 2016, assim como um *caminho para águas mais calmas* (Carvalho, 2018), isto é, uma possível

maior estabilidade política e econômica com Michel Temer na presidência[25]. O bloco dominante apostou suas fichas nessa possibilidade. Concluído o impeachment de Dilma Rousseff, Michel Temer assume o governo obstinado a pôr em prática seu programa *Uma Ponte para o Futuro*, que já havia sido apresentado, ainda em dezembro de 2015, à burguesia industrial paulista, que desde então passou a apoiar o impeachment. Tal programa se fundamentava em um compromisso contumaz do governo de Michel Temer em fazer valer os interesses do bloco dominante no Brasil, aprovando um conjunto de medidas de regularização neoliberal discricionária, tais como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) "do teto dos gastos", a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência e um conjunto de outras medidas que visavam garantir maior transferência da renda estatal para a burguesia, mas também para a burocracia que cobra um alto preço (corrupções, rendas elevadíssimas, inúmeras regalias etc.) por tal auxílio.

As ofensivas comunicacionais e discursivas, em busca da construção de correntes de opinião favoráveis às medidas neoliberais discricionárias, foram intensas no capital comunicacional, a força formadora de opinião[26] mais potente da contemporaneidade. Em sua coluna de economia do dia 13/12/2016, o jornal El País, na manchete Edmar Bacha: "Sem a PEC, alternativa é um calote grego ou hiperinflação", afirma-se: "Segundo economista, medida é caminho que obriga sociedade a resolver conflito da falta de recurso". E segue respondendo à pergunta sobre a existência de outras alternativas à PEC:

> eu não vejo alternativa porque já chegamos em uma situação que não dá para aumentar os impostos e existe um enorme déficit. Não só o atual, mas como de perspectiva devido ao custo crescente da Previdência pela frente. Nós estamos numa situação em que a dívida pública cresceu muito fortemente nos últimos anos criando a perspectiva de que, se as coisas continuassem como estávamos, o país entraria em insolvência. Estávamos numa situação muito dramática se nada fosse feito. Então a PEC do teto dos gastos é um caminho muito interessante porque força o sistema

[25]Segundo Carvalho (2018), "diante do desempenho cada vez pior da economia e do desequilíbrio crescente nas contas públicas, os defensores da estratégia (da equipe econômica de Levy – LB) passaram a vender a ideia de que o ajuste fiscal não havia sido posto em prática devido a uma suposta resistência da própria presidência da República e do Congresso" (p. 99).

[26]Conferir o texto As representações cotidianas e as correntes de opinião em: http://informecritica.blogspot.com/2016/03/as-representacoes-cotidianas-e-as.html

> político a resolver os conflitos que se estabelecem no orçamento com base na capacidade efetiva que o governo tem de arrecadar impostos e não mais simplesmente no desejo de políticos gastar o que eles não têm (Edmar Bacha, El País, 13/12/2016).

O discurso em defesa da aprovação da PEC "do teto dos gastos" apresentado pelo economista Edmar Bacha, um intelectual vinculado ao think tank[27] neoliberal Casa das Garças[28], inicia expressando claramente uma característica fundacional do discurso neoliberal sobre suas medidas de regularização da acumulação integral: apresentar-se como a única alternativa existente (Margaret Tatcher). O importante de se analisar em todo discurso, além do próprio discurso, é de quem é o discurso, de que perspectiva política (no sentido mais amplo do termo, que remete à classe social) ele parte e que interesses ele carrega por detrás. O discurso de Bacha[29] é o discurso do neoliberalismo discricionário, basta ver seus vínculos e seus diversos discursos[30]. No discurso citado acima, a estratégia é apresentar a PEC "do teto dos gastos" como a única medida, e a mais interessante, capaz de resolver o problema da enorme dívida pública, que também é apresentada como sendo de responsabilidade dos últimos governos (petistas). Sendo assim, ela disciplinaria e racionalizaria os desejos de gastar dos políticos. Outro discurso ideologêmico que busca justificar as reformas neoliberais discricionárias é o discurso legitimador da necessidade de reforma da previdência. Tais discursos são fragmentos de ideologia (falseador da realidade), pois buscam explicar a suposta

[27]Em sua obra O neoliberalismo – história e implicações (2008a), David Harvey oferece um material informativo valioso para quem busca compreender o estado neoliberal e a luta de classes como sua determinação fundamental. Dentre diversas informações, ele apresenta o papel exercido pelos think tanks buscando a construção de um consentimento e amplo apoio às formas de regularização do capitalismo neoliberal estadunidense.

[28]Assim diz em sua página da internet: "O Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEP/CdG) foi constituído em 30 de outubro de 2003, como uma associação civil de direito privado sem fins econômicos, à qual é vedado participar de quaisquer atividades de caráter político-partidário ou religioso. Seu objeto é promover estudos, pesquisas, seminários, debates, cursos e publicações visando a discutir a realidade sócio-econômica do país, bem como gerir programas de bolsas de estudos e pesquisas". Conferir em: http://iepecdg.com.br/

[29]Os discursos de diversos outros integrantes do bloco dominante apontam para as mesmas "explicações". Ver: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/antoniodelfim/2016/09/1815255-aprovar-a -pec-241-e-urgente.shtm e https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/10/1827088-pec--241-a-responsabilida de-de-todos.shtml .

[30]https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,abertura-e-a-mae-de-todas-asreformas,70002249404

realidade (rombo previdenciário) isolando algumas partes (expectativa de vida e taxa de nascimento) e ocultando outras, tais como a gigantesca dívida empresarial com a previdência, o ocultamento dos dados que provam que a previdência é superavitária, o ocultamento dos desvios bilionários das sobras desse superávit para pagamento da dívida pública etc.

Em 2016, quando de fato não houve superávit previdenciário, a responsabilidade foi do estado brasileiro que concedeu milhares de desonerações aos capitalistas, praticou uma política monetária equivocada e geradora de uma crise expressiva na arrecadação que marginalizou da divisão social do trabalho 40 milhões de pessoas (desempregadas e subempregadas). No entanto, tais realidades não se apresentam nos discursos do bloco dominante veiculados pelos jornais. Na maioria desses discursos a explicação é simplória e enfática, além de transferir a responsabilidade para o indivíduo e seus hábitos (ou a falta de determinados hábitos), visando gerar uma corrente de opinião que força a ideia da existência de um rombo previdenciário e da inevitabilidade de uma reforma da previdência. Exemplo disso é o discurso dos jornalistas Julia Alves e Leonardo Neiva, veiculados pela Folha de São Paulo, no dia 30 de junho de 2018:

> Apesar da indefinição política, a Reforma da Previdência é inevitável: o sistema atual não se sustenta financeiramente, devido a fatores como o aumento da expectativa de vida e a redução da taxa de nascimento. Para manter o mesmo padrão de vida após a aposentadoria, é preciso poupar desde cedo, hábito de uma pequena parcela da população. Essas afirmações foram consenso, entre especialistas que participaram na quinta-feira do seminário Seguros, Previdência e Inovação, promovido pela Folha de São Paulo (Folha de São Paulo, 30/06/2018).

Dificilmente, ou quase nunca, um discurso, mesmo o do bloco dominante, é completamente falsário da realidade, pois nele existem também momentos de realidade. O problema, dentre outros, está na explicação que se dá para essa realidade, para as determinações dessa realidade apresentadas nesses discursos e pelo "esquecimento" ou silêncio sobre outras tantas determinações e explicações. De fato, o Brasil vive um quadro de expressiva deterioração fiscal, porém tal quadro não se deve ao crescimento acelerado das despesas primárias federais

do governo Dilma, como vem afirmando os intelectuais do bloco dominante, mas que já passa a ser desmascarado por outras investigações mais sérias e não comprometidas com esse bloco social (Carvalho, 2018).

Primeiramente, tais discursos não mencionam em hipótese alguma que a crise brasileira é uma crise de acumulação, isto é, gerada pela própria dinâmica do capitalismo, e que consegue gerar contra tendências, fundamentalmente, através do aumento da exploração do trabalho (operário, serviçal etc.) e de uma maior apropriação da renda estatal pelo capital[31]. E isso é mais do que compreensível, pois revelar a determinação fundamental da crise de acumulação é revelar a essência das alterações nos regimes de acumulação, ou seja, a luta de classes, que, por conseguinte, revelaria o papel estado do estado no capitalismo, quer dizer, ser aparato privado do capital agindo fundamentalmente para tornar regular a acumulação capitalista que, em períodos de crise de acumulação, exigem mais exploração e apropriação burguesa da renda estatal. Esta é a verdade que está por detrás da luta de classes no capitalismo: o interesse de apresentar a realidade concreta e o interesse em ocultá-la.

Conclusões

Não é do bloco dominante que virá a análise da realidade concreta, pois é do interesse desse bloco social ocultar as relações sociais que existem entre as duas classes mais poderosas da contemporaneidade (burguesia e burocracia), isto é, que uma depende da outra para tornar seus interesses regularizados pelo estado (neoliberal), e que tais interesses tornam-se cada vez mais incompatíveis com os poucos direitos sociais, ainda garantidos, mesmo que precariamente pela constituição brasileira. É isso que na realidade a PEC/241/55 visa destruir ainda mais: direitos sociais. Trata-se de uma "nova" ofensiva burguesa contra a classe operária, o lumpemproletariado, os trabalhadores de serviços em geral, os professores, alguns funcionários públicos e contra diversas outras categorias de trabalho que é composta pelas classes sociais desfavorecidas, orquestrada pelo poder da burocracia (estatal, partidária, sindical etc.) que regulariza uma maior exploração do trabalho e ataca os poucos direitos sociais ainda restantes no neoliberalismo, e faz isso também drenando uma quantidade cada vez mais exorbitante da renda

[31]Diversos autores vêm demonstrando isso com riqueza de detalhes. Cf. (Harvey, 2008, 2008a; Viana, 2009a; Bourdieu, 1998; Carcanholo, 2010, etc.)

estatal para as mãos da burguesia e para suas próprias mãos. É para ocultar essa realidade que o bloco dominante necessita criar outras explicações para a crise, justificando suas medidas discricionárias, tal como a aprovação da PEC "do teto dos gastos", as inúmeras reformas da previdência, reforma trabalhista etc.

RECEBIDO em 29/08/2022
APROVADO em 18/10/2022

Referências

ARTESE, M. (2018). *La justificación ideológica del avance neoliberal en Argentina – la ideología de la "grieta/mancomunión"*. Em: SANTOS, Cleito et al. (orgs.). *América Latina em Movimento – dominação, hegemonia e resistência*. Curitiba: CRV.

BAKHTIN, M. (2010). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.

BEVERLY, K. (2003). Que pague o povo o que deve o povo. Em: CARNEIRO, M. L. *Auditoria da dívida externa – questão de soberania*. Rio de Janeiro: Contraponto.

BOITO, A. e BERRINGER, T. (2013). *Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma*. Revista de Sociologia e Política. Volume 21, número 47, setembro.

BOURDIEU, P. (1998). *Contrafogos – táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BRAGA, L. (2013). *A teoria do regime de acumulação integral*. Revista Conflicto Social. Volume 06, número 10.

BRAGA, L. (2013a). *Classe em farrapos – acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. São Carlos, SP: Pedro e João editores.

BRAGA, L. (2014). *Intelectualidade e perspectiva de classe*. Revista Despierta. Ano 01, número 01.

BRAGA, L. (2015). *Capital comunicacional e discurso do poder.* Revista Enfrentamento. Ano 10, número 17, jan./jul.

BRAGA, L. (2016). *Maio de 1968: movimento estudantil e luta de classes*. Revista Perspectivas em diálogo: revista de educação e sociedade. Volume 03, número 05, jan./jun.

BRAGA, L. (2020). *Repressão estatal e capital comunicacional –a criminalização do movimento de desempregado na Argentina*. Jundiaí, SP: Paco.

BRAGA, L. (2017). *A burocracia estatal na teoria marxista das classes sociais*. Em: ALMEIDA, Luciane Pinho e MELO, Ricardo Pereira. *Materialismo, trabalho e emancipação*. Campo Grande: Editora UCDB.

BRAGA, R. (2012). *A política do precariado – do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.

BRAGA, R. (2016). *Terra em transe – o fim do lulismo e o retorno da luta de classes*. Em: SINGER, André e LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo* (orgs.). São Paulo: Boitempo.

BRENNER, R. (2003). *O boom e a bolha – os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record.

BUGIATO, Caio M. *A política de financiamento do BNDES à burguesia brasileira*. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina – "Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro. Em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v1_caio_GIV.pdf Acessado em: 26/06/2018.

CARCANHOLO, M. (2010) *Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora*. Revista Aurora. Ano 04, número 06, agosto.

CARVALHO, L. (2018). *Valsa brasileira – do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia.

GIL, Aldo D. e BARIZÃO, Débora F. (2012). *A crise econômico-financeira de 2008/2009 e seu impacto no Brasil*. Revista Horizonte Científico. Volume 06, número 01, agosto.

GONÇALVES FILHO, A. et al. (2020). *O sistema da dívida pública, a contrarreforma da previdência e o risco para a seguridade social*. Revista de Políticas Públicas. Volume 24.

HARVEY, D. (2008). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola.

HARVEY D. (2008a). *Neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola.

HARVEY, D. (2011). *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.

LEITÃO, M. (2017). *A verdade é teimosa – diários da crise que adiou o futuro*. Rio de Janeiro: Intrínseca.

MARICATO et al. (2013). *Cidades rebeldes – passe livre e manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior.

MARTUSCELLI, D. (2015). *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba: CRV.

MARX, K. e ENGELS, F. (2002). *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MICHELS, R. (1982). *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UNB.

PAULANI, L. M. (2008). *Brasil delivery – servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo.

PINTO, Eduardo et al. *A economia política dos governos Dilma – acumulação, bloco no poder e crise*. Em: http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/economia-pol%C3%ADtica-dos-governos-dilma-acumula%C3%A7%C3%A3o-bloco-no-poder-e-crise. Acessado em: 28/04/2017.

SADER, E. (2013). *A construção da hegemonia pós-neoliberal.* Em: SADER, Emir (org.) 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil - Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo e Rio de Janeiro: FLACSO Brasil.

SANTOS, M. (2019). *Financeirização do capital, "reformas" estruturais e seguridade social no Brasil*. Revista Ser Social. Volume 21, número 45, julho a dezembro.

SILVA, M. L. (2015). *Trabalho e previdência social no Brasil no contexto de crise do capital*. Revista O Social em Questão. Ano XXIII, número 34.

SILVA, M. L. (2018). *Contrarreforma da previdência social sob o comando do capital financeiro*. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, número 131, p. 130-154, jan./abr.

SINGER, A. (2015). *Cutucando onças com vara curta – o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Roussef (2011-2014)*. Novos Estudos. Número 102, julho.

SINGER, A. (2016). *A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista.* Em: SINGER, André e LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo – a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo.

SKAF, P. (2015) *Aumentar a competitividade para combater a crise*. Revista Hoje. Edição 104, julho.

TEIXEIRA, R. e PINTO, E. (2012). *A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico*. Economia e Sociedade. Volume 21, dezembro.

VIANA, N. (2003). *O que são partidos políticos?* Goiânia: Edições germinais.

VIANA, N. (2007). *A consciência da história – ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. Rio de Janeiro: Achiamé.

VIANA, N. (2009). *Crise financeira, estado e regularização jurídica*. Revista Direito GV. Número 05, volume 02. Jul.-dez.

VIANA, N. (2009a). *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Ideias e letras.

VIANA, N. (2009b). *Linguagem, discurso e poder – ensaios sobre linguagem e sociedade*. Pará de Minas, MG: Virtual Books.

VIANA, N. (2014) *Os efeitos do contemporâneo*. Revista Despierta. Ano 01, número 01.

VIANA, N. (2014a) *O capitalismo está em crise?* Revista Posição. Ano 01, volume 01, número 02, jul./set.

VIANA, N. (2015). *Blocos sociais e luta de classes*. Revista Enfrentamento. Ano 10, número 17, jan./jul.

VIANA, N. (2015a) *Estado, democracia e cidadania – a dinâmica da política institucional no capitalismo*. Rio de Janeiro: Rizoma.

VIANA, N. (2015b). *Os ciclos dos regimes de acumulação*. Territorial – caderno eletrônico de textos.Volume 05, número 07, agosto.

VIANA, N. (2015c) *A luta de classes no Brasil (2013-2015)*. Revista Espaço Livre. Volume 10, número 20, jul./dez.

VIANA, N. (2016). *A PEC 241/55e as políticas de austeridade*. Revista Enfrentamento. Ano 11, número 19, jan./jun.

VIANA, Nildo (2018). *A mercantilização das relações sociais – modo de produção capitalista e formas sociais burguesas*. Rio de Janeiro: Appris.

VIANA, N. (2017). *A teoria das classes sociais em Karl Marx.* São Paulo: Chiado.

VIANA, N. *A crise financeira nos EUA e suas consequências sociais*. Em: http://www.ueg.br/noticia/6264_a_crise_financeira_nos_eua_e_suas_consequencias_sociais Acessado em: 15/06/2018.

VIANA, N. *Ascensão e queda do PT*. Em: http://informecritica.blogspot.com/2016/03/ascensao-e-queda-do-pt.html Acessado em: 19/06/2018a.

VIANA, N. (2018b). *A mercantilização das relações sociais – modo de produção capitalista e formas sociais burguesas*. Curitiba: Appris.